

# EDUCAÇÃO E CIDADANIA: A FORMAÇÃO DO CIDADÃO BRASILEIRO APÓS A ABERTURA POLÍTICA

**Adriana Gomes Ferreira<sup>1</sup>; Luci Mendes de Melo Bonini<sup>2</sup>**

Estudante do Curso de Direito; e-mail: dri\_\_ferreira@hotmail.com<sup>1</sup>

Professor da Universidade de Mogi das Cruzes; e-mail: lucibonini@hotmail.com<sup>2</sup>

**Área do Conhecimento:** Ciências Políticas

**Palavras-chave:** Democracia, Alfabetização, Cultura, Cidadania

## INTRODUÇÃO

Embora a história do Brasil esteja repleta de exemplos de cidadãos descontentes com a ordem vigente que se unem para lutar por mudanças, após a catastrófica administração Collor o que se notou foi um esmorecimento, uma apatia do brasileiro no que concerne a administração pública. O que não significa que cessaram os escândalos, desvios de verba e notícias de enriquecimento ilícito.

A educação tem sido a maneira pela qual se forma um cidadão ciente de seus direitos e deveres para com o Estado. Entende-se então que o brasileiro abdicou de ser cidadão. Já não lhe interessa como funcionam os Três Poderes, já não lhe diz respeito como e quem cria as leis. Mas quando seu direito lhe é negado, quando as garantias básicas à saúde, segurança e educação lhe faltam, ressurgem o cidadão consciente dos deveres do Estado para consigo. Porém, e aqueles a quem o direito sequer é conhecido? Como reclamar pelo cumprimento de um direito que lhe é garantido por lei sem sequer conhecê-la ou entender como esta funciona? Daí a importância da educação na formação do cidadão. O educador e filósofo Paulo Freire já via na educação o caminho para a formação de cidadãos conscientes, críticos, hábeis para participar ativamente da vida política do seu país: “Ora, a democracia e a educação democrática se fundam ambas, precisamente, na crença no homem. Na crença em que ele não só pode, mas deve discutir os seus problemas. Os problemas do seu País. Do seu Continente. Do mundo. Os problemas do seu trabalho. Os problemas da própria democracia.” (FREIRE, 1969)

É com base nas obras do educador e de outros pensadores, brasileiros e estrangeiros, que o presente projeto tem por finalidade esclarecer o processo de desconstrução do cidadão brasileiro, outrora tão participante das decisões políticas, se fazendo ouvir mesmo quando a repressão se fazia presente por meio de prisões arbitrárias, torturas e assassinatos.

## OBJETIVOS

O objetivo geral da presente pesquisa é descobrir como se deu, ao longo do tempo decorrido entre o fim da ditadura militar e os dias atuais, o desinteresse do brasileiro pela vida política do país e a abdicção deste do seu papel de cidadão. Dentre os objetivos específicos para responder ao referido problema estão a necessidade de conhecer a influência da educação na formação dos cidadãos da geração pré-redemocratização, analisar as políticas educacionais adotadas pelos governos militares e os governos civis até o primeiro mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, relacionando os índices de alfabetização da fase estudada com a participação política do brasileiro, comparar os sistemas educacionais de países da América do Sul (especificamente Chile e Argentina) que passaram por regimes militares e a atuação de seus cidadãos nas decisões políticas e, por fim, avaliar o papel da escola hoje na

formação política das novas gerações, bem como o impacto das novas tecnologias no ensino da cidadania.

## **METODOLOGIA**

Pesquisa elaborada basicamente por meio de levantamento bibliográfico, em que foram consultadas obras dos principais pensadores da área da educação, e também sociólogos, filósofos e antropólogos, além de artigos científicos com pontos de vista atuais sobre o tema, na tentativa de primeiro contextualizar historicamente o assunto, para depois entender como se deu o desinteresse do brasileiro pela vida política do país, comparando os principais acontecimentos políticos de nossa história, do golpe militar de 1964 até o fim do primeiro mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, com os principais avanços e retrocessos na área da educação ao longo do mesmo período.

A delimitação do tema deu-se inicialmente por conta da facilidade em se trabalhar com um campo de pesquisa restrito, orientação de Umberto Eco em seu “Como se faz uma tese” a quem é preferível trabalhar com teses monográficas que com teses panorâmicas, pois “quanto mais se restringe o campo, melhor se trabalha e com maior segurança” (ECO, 1997). No entanto, tal delimitação por período histórico (do regime militar a abertura política) ocorreu justamente por se tratar do momento em que o brasileiro passa de engajado a alienado, de participativo a desinteressado, período este em que um violento regime militar que cerceava a liberdade de expressão coincide com reformas na área da educação que visavam combater o analfabetismo e preparar para o mercado de trabalho, mas que não tinham dentre seus objetivos preparar o cidadão brasileiro para participar ativamente da vida política de seu país. Com base nesses dados, procurou-se compreender a cabeça do cidadão brasileiro, não só no que diz respeito a visão que tem de si mesmo e do país, visão essa deturpada por anos de alienação social (CHAUÍ, 2000), mas também sua compreensão de democracia e cidadania.

Seguidamente, se fez necessário entender por que argentinos e chilenos, vítimas de ditaduras tão violentas quanto a brasileira, e posteriormente com episódios de descontentamento político semelhante aos experimentados pelos brasileiros, mantem vivo o interesse pela vida política de seu país sem terem caído na apatia ou na descrença que o povo brasileiro caiu. Para isso, contou-se com bibliografia acerca do assunto, com obras e artigos científicos de estudiosos e pesquisadores que já abordaram o tema.

Por fim, o mesmo estudo bibliográfico serviu para que se avaliasse o papel da escola nos dias de hoje na formação de cidadãos conscientes e participativos. Coube avaliar também o papel das novas tecnologias e das redes sociais, não só na formação como também na participação popular.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Com o levantamento bibliográfico referente ao período do regime militar, pôde-se constatar que o interesse da juventude dita “engajada” era a busca por livros que instruísem quanto ao que Zuenir Ventura chama de “pedagogia revolucionária”. Segundo Ventura “havia um interesse especial por aquelas obras que, de uma maneira ou de outra, traziam uma contribuição prática à pedagogia revolucionária. Revolução na revolução, de Régis Débray, Os pensamentos, de Mao, o Diário, de Guevara, funcionavam como manuais ou cartilhas. Era comum perguntar-se não ‘por quê?’, mas ‘para quê você está lendo esse livro?’” (VENTURA, 1988, pág. 29). No entanto, para se ter exata noção da importância da educação no processo de formação do cidadão brasileiro, se faz necessário um retrocesso ainda maior no tempo, pois as políticas educacionais brasileiras seguiram as mudanças políticas e, principalmente econômicas

vividas pelo país, especialmente a partir da década de 30. Assim, depara-se com um obstáculo a ser superado em pesquisas futuras que tratem do assunto.

Tal discussão acerca da formação do cidadão brasileiro se mostra necessária na medida em que notamos os danos causados pelo atraso que anos de políticas educacionais voltadas apenas para a alfabetização, sem a necessária preocupação com o desenvolvimento de senso crítico, que é de vital importância para o exercício da cidadania, causaram ao país. O noticiário mostra que os escândalos políticos ainda existem, mas há cada vez menos engajamento por parte da população no que concerne à reivindicação de direitos e fiscalização dos trabalhos dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário.

Entender os processos políticos, econômicos e, conseqüentemente, educacionais pelos quais passaram Argentina e Chile, no mesmo período que o abordado por este estudo, foi útil para efeitos de comparação, mas como ressalta Darcy Ribeiro, o povo brasileiro é único, dotado de características não encontradas em nenhum outro lugar do mundo, por conta da miscigenação, mas acima de tudo, da forma como se deu sua colonização e desenvolvimento (RIBEIRO, 1995).

Por fim, estudar o papel das redes sociais e das novas tecnologias na formação das futuras gerações mostra o caminho a ser trilhado por pais, alunos e educadores no que diz respeito ao pleno exercício da cidadania. No entanto, como lembra Maria Aparecida Baccega “o ensino de qualidade continua a ser aquele que busca, através de projetos adequados, a inserção do aluno como cidadão crítico. O uso da tecnologia poderá favorecê-lo, ampliá-lo, mas sua ausência não implicará falta de qualidade” (BACCEGA, 2003). Logo, se faz necessária como nunca a participação do professor na tarefa de formar cidadãos engajados politicamente, sendo importante a capacitação dos profissionais da educação para o uso das novas tecnologias como instrumento de trabalho.

## **CONCLUSÕES**

Diante de tais fatos, conclui-se que os objetivos propostos pela pesquisa foram alcançados, no entanto, como destacado anteriormente, para total compreensão da formação do brasileiro enquanto cidadão, se faz necessária uma abordagem maior do tema proposto, tanto em relação ao período estudado quanto aos fatores ligados direta e indiretamente aos processos educacionais, como movimentos políticos, sociais e econômicos, especialmente estes últimos.

Pesquisas referentes a legislação educacional brasileira também são extremamente relevantes nesse tipo de estudo, uma vez que ditam o desenvolvimento dos processos educacionais e sua aplicabilidade. É preciso então contextualizar historicamente o nascimento de tais normas, a forma como são aplicadas, bem como seus resultados a longo prazo, para que se compreenda o impacto delas na formação de cidadãos críticos e politicamente atuantes.

Finalmente, o estudo vem corroborar o entendimento de que a educação tem papel primordial no exercício da cidadania, como já pregava Paulo Freire, Florestan Fernandes, entre outros. Segundo Freire, a inserção do brasileiro no processo democrático não se dá por meio de engodo, força ou medo, mas sim pela educação. “Educação que lhe propiciasse a reflexão sobre seu próprio poder de refletir e que tivesse sua instrumentalidade, por isso mesmo, no desenvolvimento desse poder, na explicitação de suas potencialidades, de que decorreria sua capacidade de opção. Educação que levasse em consideração os vários graus de poder de captação do homem brasileiro da mais alta importância no sentido de sua humanização.” (FREIRE, 1969)

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

BACCEGA, Maria Aparecida. **Tecnologia e construção da cidadania**. São Paulo, ECA/USP, 2003.

CARVALHO, Rita de Cássia Gonçalves. **As Transformações do Ensino no Brasil: Análise das Reformas**. In: LOMBARDI, José Claudinei; NASCIMENTO, Maria Isabel Moura; SAVIANI, Dermeval. **Navegando pela História da Educação Brasileira** (orgs.). Campinas: Autores Associados; HISTEDBR, 2006

CHAUÍ, Marilena. **Mito fundador e sociedade autoritária**. 1. ed. São Paulo: Perseu Abramo, 2000

ECO, Umberto. **Como se faz uma tese**. 13. Ed. Lisboa: Presença, 2007

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2006

VENTURA, Zuenir. **1968 - O ano que não terminou**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988

## **AGRADECIMENTOS**

Meus agradecimentos ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), a Universidade de Mogi das Cruzes, as prof<sup>as</sup> Dras. Elza Maria Tavares e Maria de Lourdes Colacique, ao prof<sup>o</sup> Dr<sup>o</sup> Paulo Leandro Silva e demais docentes da UMC, aos meus colegas do curso de Direito e aos meus amigos e familiares que me apoiaram ao longo desse ano de trabalho.